

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 27/08/2019	Coluna: Economia



SENADORA: SE INSERIR ICMS, REFORMA TRIBUTÁRIA FICA MAIS 20 ANOS



27 Agosto, 2019

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), fez um alerta sobre a votação da reforma tributária, em tramitação no Congresso. Ela acredita que a matéria pode avançar rapidamente, desde que não seja inserida a mudança para tributar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado de consumo. “Se quisermos colocar ICMS neste momento, nós podemos ficar mais 20 anos discutindo”, afirmou.

Em entrevista à jornalista Roseann Kennedy, no programa *Impressões*, que vai ao ar nesta terça-feira (27), às 23h, na TV Brasil, Simone Tebet defendeu que os parlamentares entreguem uma reforma que mexa primeiro com a unificação dos impostos federais e desburocratize, deixando para o ano que vem a discussão sobre o que fazer com o ICMS.

“Nós temos dois Brasis, o que produz e o que consome. Esses Brasis nunca vão se encontrar num consenso se o bolo tributário é um só. Na hora de dividir, um perde e outro ganha”, observa, lembrando que ao longo das últimas décadas foi justamente esse ponto que sempre travou a reforma.

Para a presidente da CCJ é fundamental que os deputados e senadores se debruçam sobre a proposta do governo federal e alterem os pontos necessários. “Eu não conheço uma reforma tributária, mesmo as minirreformas, que não tenham saído em sua essência do chefe do Executivo. Porque são eles que têm os números. Isso não significa que nós vamos cancelar essa reforma. Significa uma sinalização do que é possível e qual reforma, em princípio, o governo quer. Aí sim, tanto a Câmara quanto o Senado colocam musculatura nesse esqueleto”, ressaltou. (Agência Brasil)

Economista defende estados e municípios na reforma da Previdência

EVENTO A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, defendeu ontem, em Salvador, a inclusão dos estados e municípios na reforma da Previdência. Ela também criticou a postura de alguns governadores, que não declararam apoio às mudanças no regime previdenciário do país. "Não vi compromisso do governo Bolsonaro com isso [inclusão dos estados]", disse Zeina, durante almoço-debate do Lide-BA, realizado no Fera Palace Hotel. Ele afirmou ainda que o crescimento do PIB do país este ano será muito baixo. "Esse ano vai ser o ano de plantar e não de colher", declarou, acrescentando que a liberação do FGTS deve avançar as vendas em alguns setores da economia do país neste segundo semestre.

DIVULGAÇÃO



Zeina Latif durante palestra para empresários

“A gente deve muito ao governo anterior, que deixou bem clara a necessidade da Previdência Zeina Latif

Economista-chefe da XP Investimentos

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Os vários sinais da crise mundial

O economista José Roberto Mendonça de Barros acha que pode estar perto de mudar o ciclo da economia mundial, para uma forte desaceleração ou até recessão. Um dado impressionante: há US\$ 16 trilhões aplicados em ativos com rendimentos negativos e isso mostra uma atitude de defesa contra riscos. O economista Marcos Lisboa explica que o dólar, que subiu 10% em pouco mais de um mês no Brasil, está refletindo a soma da fraqueza da economia brasileira e as incertezas internacionais.

O presidente americano Donald Trump tem sido um fator de instabilidade da economia global. Ele cria ondas de especulações. Depois de ter derrubado os mercados com a nova escalada da guerra comercial, no domingo ele disse que deveria ter sido mais duro. A segunda-feira começou com queda nos mercados da Ásia, mas aí ele mudou o tom completamente, e o mercado internacional operou em alta. Postou elogios à China, como se o presidente Xi Jinping tivesse cedido. A China meio que desmentiu. Disse que nada havia acontecido de novo. Enquanto isso, os sinais de risco global se acumulam, segundo José Roberto:

"O mundo tem US\$ 16 trilhões

aplicados em papéis com juros negativos, da Alemanha, do Japão, e de vários outros tesouros. Isso só se explica porque os investidores estão com medo de perda no portfólio. A dívida das empresas americanas está dando 47% do PIB dos Estados Unidos. É recorde. E como se sabe, não existe desalavancagem suave. As empresas de tecnologia que foram a razão da valorização do mercado estão sob risco regulatório. O modelo do Fed de NY mostra que a probabilidade de uma recessão nos EUA já passou de 30%. No passado, quando isso aconteceu, houve recessão. Além da inversão da curva de juros, há outro sinal clássico aparecendo que é a alta do ouro".

No Brasil, o dólar disparou 10% em pouco mais de um mês.

Saiu de R\$ 3,74, no dia 22 de julho, para R\$ 4,13 pela taxa Ptax, calculada pelo Banco Central. É a maior cotação desde 18 de setembro do ano passado. Esse choque cambial terá efeito sobre a confiança dos consumidores e dos empresários neste terceiro trimestre. As famílias percebem que há algo errado com a economia e podem adiar decisões de compra. As grandes empresas que têm dívidas em dólares têm piora dos seus balanços. A importação de bens de capital fica mais cara.

O economista Marcos Lisboa, presidente do Inspier, acha que o dólar reflete as pressões ruins de fora e de dentro do país. Várias medidas prometidas pela equipe econômica acabaram não se concretizando, como a de zerar o déficit primário com a

venda de estatais, e outras ideias ainda em fase de estudos chegam à imprensa e ao mercado antes de se tornarem propostas concretas:

"A reforma da Previdência foi um passo importante, mas ela sozinha não resolve a questão fiscal. Os gastos obrigatórios aumentaram R\$ 200 bilhões desde 2016 e isso está paralisando a máquina pública. O governo ainda não tem uma agenda clara para a recuperação, são muitas ideias de projetos ao mesmo tempo, mas várias delas não se sustentam", afirmou.

Ontem o humor do mercado financeiro foi afetado também por mais uma pesquisa de opinião mostrando queda da popularidade do presidente Jair Bolsonaro. Os que avaliam o governo como ruim ou péssimo che-

garam a 39% dos entrevistados pela CNT/MDA, enquanto os que pensam que é ótimo ou bom caíram para 29%. A desaprovção do presidente saltou de 28% para 54% em cerca de seis meses, enquanto a aprovação caiu de 57% para 41%. E o brasileiro está pessimista sobre a economia. A grande maioria, 88%, ainda avalia que o país permanece em crise econômica, 67% conhecem algum parente ou amigo próximo que ficou desempregado, e 28% avaliam que a economia piorou neste governo, contra apenas 23% que acham que ela ficou melhor. O medo de ficar desempregado, em relação há um ano, está maior para 55%, contra apenas 9% que acham que ficou menor.

A economia americana está desacelerando. Ainda cresce e com baixa inflação, mas há riscos.

"Até agora não apareceu inflação nos Estados Unidos e isso é bom, mas esta rodada adicional de tarifas pode bater em cheio porque atinge bens de consumo. Antes era de bens intermediários e bens de capital", dizendonça de Barros.

Trump pode ser atingido pela confusão que ele mesmo está criando na economia mundial.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 27/08/2019	Caderno: Economia e Negócios



Governo tenta atrair Estados para reforma tributária

Ideia é conceder um ‘incentivo’ para que governadores e prefeitos topem incluir ICMS e ISS no Imposto sobre Valor Agregado federal

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

27 de agosto de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Para atrair os Estados e municípios para a proposta de **reforma tributária** do governo federal, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, estuda a possibilidade de conceder um “incentivo” para governadores e prefeitos aderirem ao **Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal**.

A ideia é que a adesão ao IVA seja optativa para governadores e prefeitos. Em troca, o governo aceitaria negociar uma fatia da parcela da arrecadação que caberia à União.



Equipe de Guedes não abre mão de projeto próprio Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO

Pelos cálculos do **Ministério da Economia**, a alíquota do IVA federal, que unificaria os tributos federais incidentes sobre consumo, teria de ser de 15%. Para que o **IVA** abarque também o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), a alíquota necessária é estimada em 25%, com a fatia da União em 15%. Mas, para incentivar os Estados e

municípios, aceita reduzir essa fatia entre 2 e 2,5 pontos, para que a parcela que vai para os cofres dos governadores e prefeitos aumente dos 10% para algo em torno de 12% a 12,5%.

A proposta é que esse debate ocorra dentro das discussões do pacto federativo, que pretende dar mais poderes e mais recursos aos Estados e municípios. Mas a área técnica reconhece que essa pode ser uma mudança de difícil execução, por causa da dificuldade do governo federal em abrir mão de arrecadação.

Projeto

Fontes graduadas da equipe econômica disseram que o governo não pretende abrir mão de uma proposta própria de reforma tributária, ao contrário de notícias que circularam no Congresso. Mas está aberta ao diálogo. Hoje, já há dois projetos de reforma tramitando no Congresso – uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado

A proposta do governo é fazer um IVA com a unificação dos impostos federais, que depois poderia ter a adesão de Estados e municípios. Já a proposta de reforma em discussão da Câmara, a PEC 45, prevê de saída a criação de um IVA com os tributos de Estados, municípios e União. A equipe econômica, porém, vê dificuldade de tramitação já com Estados e municípios incluídos, como ocorreu com a reforma da Previdência.

Incômodo

A demora do governo em encaminhar sua proposta de reforma tributária tem incomodado um grupo de deputados. Há parlamentares que defendem nos bastidores que a equipe econômica encaminhe logo suas sugestões para finalmente se chegar a um texto comum, ou então que haja uma desaceleração no ritmo das discussões. Por trás dessa preocupação há também o lobby de setores que temem ver sua carga

tributária elevada, como é o caso do setor de serviços, que paga hoje proporcionalmente menos imposto que a indústria, por exemplo.

Outros deputados acham que a demora do governo é até favorável ao Congresso. “Quando mais demorar, mais prova de que eles não têm projeto tributário”, diz o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), para quem isso ajuda a concentrar esforços na reforma já em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo ele, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), “está convencido” de que o texto, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é a melhor proposta.

Na Câmara, técnicos avaliam que seria uma “saída sábia” a equipe econômica desistir de uma proposta própria de reforma tributária, encaminhando apenas sugestões ao relator. Encaminhar um texto de autoria do Executivo seria “buscar equivocadamente” o protagonismo dessa pauta, segundo uma fonte próxima ao relator.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 27/08/2019	Caderno: Economia



Guedes quer dinheiro de Caixa e BNDES para liberar R\$ 13 bilhões do Orçamento

Ministro cobra o pagamento máximo de dividendos permitido por lei, de 50% e 60% do lucro, respectivamente, e também que o repasse relativo ao primeiro semestre seja feito o mais rápido possível

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

27 de agosto de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Para conseguir desbloquear R\$ 13 bilhões do **Orçamento** ainda em setembro e conseguir dar um alívio financeiro a ministérios estrangulados, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, quer que **Caixa** e **BNDES** antecipem o repasse de, respectivamente, 50% e 60% dos dividendos (a fatia do lucro que é distribuída aos acionistas) do primeiro semestre. Essas fatias são as máximas permitidas por lei. No ano passado, o repasse de dividendos à União foi de 25% do lucro, o mínimo permitido.

Pelos cálculos do **Ministério da Economia**, o ingresso dos dividendos da primeira metade do ano pode chegar a R\$ 13 bilhões – R\$ 9 bilhões do BNDES e cerca de R\$ 4 bilhões da Caixa. Esse valor entraria no Orçamento como receitas extras, o que permitiria, em contrapartida, liberar na mesma magnitude parte das despesas bloqueadas – que chegam a R\$ 34 bilhões. No ano passado inteiro, as estatais pagaram R\$ 7,7 bilhões aos cofres federais.

A antecipação de pagamentos no próprio ano, antes mesmo de apurar o lucro líquido total de um ano, é prevista na lei. Ofício pedindo o repasse foi enviado a todos os bancos públicos. A área técnica, porém, identificou que os bancos vêm apresentando restrições a esse repasse, o que tem desagradado à equipe econômica, segundo apurou o Estado. A

assessores, Guedes tem reclamado do corporativismo dos bancos públicos.

Meta

Com o repasse dos dividendos, o ministro quer afastar de vez a necessidade de pedir ao Congresso a mudança da meta fiscal para conseguir desbloquear o Orçamento ainda em setembro. A meta atual prevê a possibilidade de um déficit de até R\$ 139 bilhões em 2019. O governo não quer ficar refém do Congresso nesse ponto tão crucial para a gestão orçamentária até dezembro.

Um integrante da equipe econômica disse à reportagem que o repasse precisa estar resolvido em quatro semanas. Do contrário, o pedido de revisão da meta terá de entrar no cálculo do governo para desbloquear o Orçamento e evitar a paralisação de diversas áreas. A próxima revisão está marcada para o dia 22 de setembro.

Guedes está convicto de que a revisão da meta é o pior caminho a ser seguido e trabalha para conseguir um volume de R\$ 20 bilhões de receitas extras até o fim do ano. Na sua avaliação, o lucro desses bancos tem de ser devolvido para a União.

O governo está com dificuldades de encontrar receitas extras para liberar parte dos R\$ 34 bilhões que estão bloqueados. Na semana passada, o Estado apontou que um grupo de 13 ministérios e órgãos do governo federal está com a faca no pescoço e deve entrar entre agosto e setembro num quadro de “apagão” pela falta de recursos.

Reforço no caixa

Dividendos das estatais pagos à União

EM MILHÕES DE REAIS

	Banco do Brasil	BNB	BNDES	Caixa	Correios	Eletrobrás	IRB	Petrobrás	Demais	Total
2010	3.277,9	299,2	10.125,3	3.940,0	57,8	657,7	114,8	3.222,1	719,6	22.414,5
2011	2.621,0	240,4	6.904,7	3.679,6	1.743,0	500,6	141,0	3.321,3	810,8	19.962,4
2012	2.970,4	122,7	12.937,8	7.700,0	825,0	725,0	149,4	1.886,6	702,3	28.019,0
2013	3.455,5	228,0	6.998,7	4.000,0	401,1	267,9	78,9	1.015,5	696,1	17.141,6
2014	2.413,0	97,5	9.079,7	4.356,4	0,0	230,5	85,3	2.012,7	664,6	18.939,6
2015	2.997,7	248,6	4.972,0	3.399,0	0,0	0,0	121,7	0,0	333,7	12.072,6
2016	1.328,1	37,0	217,5	738,7	0,0	0,0	83,3	0,0	443,3	2.847,8
2017	1.375,0	100,9	3.412,4	73,1	0,0	0,0	73,8	0,0	481,8	5.517,1
2018	2.203,9	78,5	1.500,0	2.804,3	0,0	0,0	81,1	748,1	260,6	7.676,5
2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.329,6

Em 2019

Governo está com dificuldades para encontrar receitas extras para liberar recursos bloqueados

	Banco do Brasil	BNB	BNDES	Caixa	Correios	Eletrobrás	IRB	Petrobrás	Demais
JAN	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
FEV	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MAR	1.087,2	0,0	0,0	1.766,8	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0
ABR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	85,6	0,0	195,3
MAI	603,0	74,5	1.628,5	0,0	0,0	0,0	0,0	191,5	401,3
JUN	248,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,0

Pressão

O secretário do Tesouro Nacional, **Mansueto Almeida**, já disse em recente entrevista ao **Estadão/Broadcast** que o governo precisa de pelo menos R\$ 15 bilhões para dar alívio financeiro à Esplanada. O presidente **Jair Bolsonaro** tem feito seguidas reclamações públicas da falta de recursos em diversas áreas, o que aumentou a pressão sobre a equipe econômica.

O BNDES quer antecipar em torno de R\$ 2,5 bilhões em dividendos referentes ao resultado de 2019, mas o volume esperado pelo ministro e sua equipe é de R\$ 9 bilhões. Somente no primeiro trimestre, o BNDES registrou lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões, turbinado pela venda de participações acionárias.

Os dados do segundo trimestre estão para ser divulgados e devem repetir o bom desempenho do primeiro. O tema será discutido esta semana em reunião do conselho de administração. Mesmo sendo aprovado, o banco terá de chamar uma assembleia para aprovar o pagamento, o que pode demorar.

No caso da Caixa, a luz amarela acendeu depois que técnicos identificaram uma velocidade maior dada pelo presidente da instituição, **Pedro Guimarães**, ao pagamento de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) – que funciona como uma espécie de empréstimo feito pelo Tesouro e que pode entrar no cálculo de capital do banco. O problema é que esse dinheiro não entra no cálculo do resultado das contas públicas. E, se for feito em grande volume agora, pode reduzir o espaço para o pagamento dos dividendos.

O presidente da Caixa já avisou o Ministério da Economia que o banco terá um lucro em torno de R\$ 25 bilhões em 2019. Na semana retrasada, Guimarães anunciou ter recebido autorização do conselho da instituição para pagar ao Tesouro mais R\$ 7,35 bilhões referentes à dívida do IHCD. A Caixa já havia pago R\$ 3 bilhões em junho. Até o fim do ano, conforme Guimarães, a Caixa planeja pagar outros R\$ 10 bilhões.

Fábio Pupo

BRASÍLIA Prestes a ser entregue pelo Executivo ao Congresso, a proposta de Orçamento para 2020 deve ter uma restrição de recursos ainda maior do que a observada em 2019. O governo calcula atualmente que as chamadas despesas discricionárias (as não obrigatórias) terão que ficar abaixo do patamar registrado neste ano.

Os números ainda estão sendo fechados pelo governo, mas apontam para uma maior limitação mesmo considerando os contingenciamentos deste ano. E com um agravante. O problema de 2020 estará no cumprimento da regra do teto de gastos e, por isso, não haveria alívio mesmo se fossem obtidas receitas extras.

Isso porque a norma constitucional do teto de gastos, criada em 2016, estabelece que as despesas totais da União não podem ultrapassar determinado nível independentemente do volume de arrecadação.

A criação da lei teve como objetivo barrar o crescimento da dívida pública. A base de cálculo para o limite de cada ano foi a despesa de 2016, que depois passou a ser reajustada anualmente pela inflação. Para 2019, o teto é de R\$ 1,34 trilhão. Até junho (dado mais recente disponível), 47% desse montante já havia sido executado.

Desde a implementação do

teto de gastos, o governo vê as despesas discricionárias cada vez mais limitadas graças ao crescimento contínuo das obrigatórias (item que inclui principalmente as aposentadorias, além de destinações a saúde e educação).

Cálculos do Tesouro mostram que as discricionárias ficarão em R\$ 95,4 bilhões ao fim de 2019, o que representa o menor valor da série histórica, iniciada em 2009. O montante representa 7,2% das obrigatórias.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende uma revisão das obrigatórias por meio do chamado "pacto federativo". Segundo ele, o objetivo é desindexar e desobrigar o Orçamento da União e devolver a escolha sobre a destinação dos recursos à classe política.

A dificuldade em 2020 (com o teto) é diferente da observada em 2019, em que o principal problema tem sido outra regra fiscal. Trata-se da meta de resultado primário, que estabelece um déficit de até R\$ 139 bilhões. Nesse caso, a obtenção de novas receitas (como os recursos do possível leilão do pré-sal neste ano) poderia dar fôlego às contas públicas.

Em 2019, o valor das despesas discricionárias do Poder Executivo está previsto em R\$ 97,6 bilhões. O número está no último relatório bimestral de avaliação de receitas e

Crescimento das despesas obrigatórias limita gastos discricionários da União

Gastos do governo federal, em R\$ bilhões



*Os dados de jul., ago., set., out. e nov. de 2019 são previsão. Dados acumulados em 12 meses a valores de junho de 2019 | Fonte: Tesouro Nacional



Com o nível de contingenciamento que temos, alguns órgãos públicos terão dificuldade de terminar o ano pagando as despesas planejadas

Mansueto Almeida
secretário do Tesouro,
em entrevista recente

despesas. Um valor menor em 2020 deve representar uma dificuldade ainda maior para o governo cumprir obrigações.

Neste ano, representantes do governo têm relatado dificuldade dos ministérios de encerrar o ano. "Dado o contingenciamento grande que foi feito, a gente vai observar, a partir de agora, uma demanda maior de ministérios e unidades orçamentárias por recomposição de orçamento. Com o nível de contingenciamento que temos, alguns órgãos públicos terão dificuldade de terminar o ano pagando as despesas planejadas para o ano", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em entrevista recente.

A Receita Federal, por exemplo, enfrenta o risco de shutdown nos próximos dias, com a falta de dinheiro em caixa para emitir CPFs, pagar aos contribuintes as restituições do Imposto de Renda e controlar a importação e exportação de produtos.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve conter todos os gastos do governo federal e precisa ser enviado ao Congresso até o dia 31.

Depois, deputados e senadores discutem o texto na Comissão Mista de Orçamento, fazem mudanças por meio de emendas e votam o relatório do projeto na forma de um parecer. O tema é levado ao plenário do Congresso para aprovação final e enviado posteriormente à sanção presidencial.

Como é o primeiro ano do governo, também deve ser encaminhado ao Congresso o Plano Plurianual (PPA), a vigorar de 2020 a 2023. Em tese, o documento define diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Mas na prática acaba sendo um texto praticamente ignorado no processo orçamentário de cada ano.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, pretende fazer uma reformulação do instrumento neste ano e estabelecer metas mais claras e rígidas a serem seguidas pelo governo.

Veículo: O Globo	Online
Data: 27/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Relator deve modificar regra de pensão na reforma

Parecer será entregue hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Tasso também vai incluir estados e municípios

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fará pelo menos três modificações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo técnicos a par das discussões, as mudanças sugeridas no parecer que o relator entregará hoje à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) são: inclusão de estados e municípios, mas com a exigência de que os governos regionais aprovem leis específicas nas assembleias e Câmaras, sem um prazo definido; modificação nas regras da pensão por morte, para garantir que esse tipo de benefício não possa ser inferior ao salário mínimo; e criação de regra de transição para idade mínima para trabalhadores que lidam com atividades nocivas à saúde, como mineiros, por exemplo.

O senador deverá entregar o relatório hoje ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O documento será protocolado na CCJ.

O texto aprovado na Câmara representava uma economia de R\$ 933,5 bilhões em dez anos. Se houver mudança nas regras de pensão, o impacto seria de R\$ 139,3 bilhões. A alteração na regra de pensão foi um dos pontos que exigiu maior mobilização do governo para obter a aprovação dos parlamentares.

As mudanças farão parte de uma proposta de emenda à Constituição autônoma (PEC paralela), a fim de evitar atrasos na tramitação da reforma no Congresso. A leitura na CCJ está prevista para amanhã.

Tasso está finalizando o relatório com a equipe de técnicos e representantes da equipe econômica, com base nas 130 emendas encaminhadas pelos senadores para modificar o texto aprovado pela Câmara.

Pelo cronograma, a votação do relatório no CCJ está marcada para 4 de setembro. A apreciação no plenário do Senado deverá ocorrer nos dias 24 de setembro e 10 de outubro, em primeiro e segundo turnos, respectivamente.

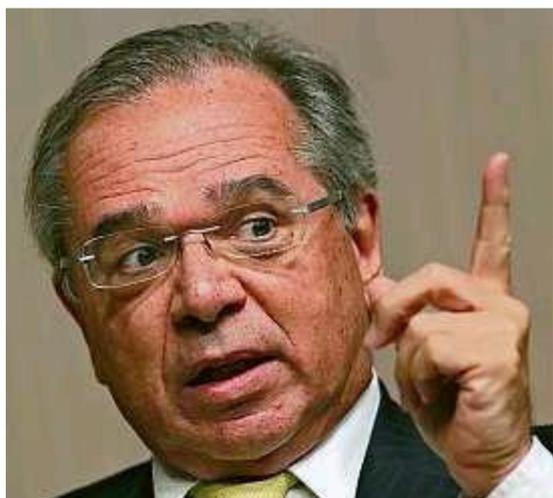
Tasso está sendo pressionado a fazer outras modificações, sob o argumento de que o Senado não pode ser um mero carimbador das decisões da Câmara. (Geraldá Doca)

Veículo: O Globo	Online
Data: 27/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo pode desistir de proposta na área tributária

Segundo líderes do Senado, acordo prevê que sugestões do Executivo sejam encaminhadas aos parlamentares para serem acrescentadas à PEC que tramita na Casa. Guedes, no entanto, menciona texto próprio, a ser aprovado este ano



Guedes. “A carga é de 36% do PIB. Nossa ideia é terminar o governo com 30%”

Acordo do Ministério da Economia com líderes prevê que sugestões do Executivo serão levadas a senadores. CCJ recebe hoje parecer da reforma da Previdência.

O governo pode não enviar uma proposta formal de reforma tributária ao Congresso. Um acordo entre o Ministério da Economia e líderes do Senado prevê que as sugestões do Executivo sejam apresentadas aos senadores e não por uma proposta de emenda à Constituição (PEC) encaminhada à Câmara, segundo a assessoria do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE). Essa ideia tem a simpatia de alguns integrantes da equipe econômica. Dentro do gabinete do ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, há ainda a previsão de que o governo apresente uma PEC e projetos de lei complementares para regular o sistema tributário.

Segundo o senador Major Olímpio (SP), líder do PSL no Senado, o acordo foi costurado na semana passada. A ideia é que a Casa seja a responsável por tocar a pauta, já que a reforma da Previdência foi encaminhada pela Câmara dos Deputados. Pela Constituição, projetos do Executivo precisam, obrigatoriamente, começar a tramitar pela Câmara.

— Como a matéria tributária é delicada, construiu-se da seguinte forma: já que, na reforma da Previdência, houve o protagonismo da Câmara, agora houve o entendimento de que o Senado vai avançar na matéria. O governo apresenta os conteúdos para a PEC do Senado. Não tem uma PEC formal do Congresso. Foi o ajustado neste acordo —disse o senador.

Guedes, no entanto, afirmou, em evento à noite, que a reforma tributária a ser proposta pelo governo federal pode ser aprovada até o fim do ano pelo Congresso. Ele garantiu que o texto é conciliatório com aqueles que já estão no Câmara e no Senado.

— Nossa proposta é conciliatória com a do economista Bernard Appy. Mais quatro ou cinco meses e ela pode ser aprovada. É pegar impostos federais como IPI, PIS, Cofins e transformar num só imposto federal. Se o Congresso aprovar e todos os municípios e estados quiserem participar, ok. Não haverá choque com as demais propostas —disse o ministro durante a premiação Melhores e Maiores, promovida pela revista Exame, em São Paulo.

Guedes não deixou claro, porém, se vai enviar uma proposta própria ao Congresso ou vai encaminhar suas sugestões aos senadores.

A uma plateia de empresários, ele afirmou que ninguém precisa ter medo de investir em meio às mudanças:

— Hoje a carga tributária é de 36% do PIB. Nossa ideia é terminar o governo com 30%.

Segundo Guedes, haverá “barulho” é na proposta de imposto único, nova versão da antiga CPMF, que vai substituir a tributação sobre folha de pagamento:

— Tributar a folha de pagamento das empresas é um crime. Com esse imposto vamos ter uma base arrecadatória forte. Mas ele é uma escolha. O que se prefere: 30 milhões de desempregados ou o “imposto horroroso”? Com a mudança, mais de 10 milhões de empregos podem ser criados. Todo mundo vai pagar. A base é grande, e o imposto é pequeno. Mas quem não gostar, vota contra e acabou.

FOCO NA OPINIÃO POPULAR

A manobra de não enviar uma PEC do zero ao Congresso está relacionada à estratégia para aprovar a reforma da Previdência. Segundo fontes, uma nova proposta de reforma tributária poderia atrapalhar a tramitação da Previdência, hoje no Senado. O governo precisa ainda aprovar uma PEC paralela para incluir estados e municípios na reforma.

Guedes defende uma reforma tributária baseada em três eixos: a unificação de tributos, um imposto único nos moldes da CPMF e mudanças no Imposto de Renda.

Esses pontos foram tratados em uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro, que já se posicionou várias vezes contra uma “nova CPMF”. Uma de suas principais preocupações é a reação da opinião pública.

27/08/2019 - 05:00

Condições do G-7 desagradam, e ajuda é recusada

Por **Fabio Murakawa e Renan Truffi**

O presidente Jair Bolsonaro decidiu ontem recusar a ajuda de emergência de US\$ 20 milhões (aproximadamente R\$ 83 milhões) oferecida pelo G-7 para a Amazônia.

O grupo formado por sete das maiores economias do mundo aprovou a liberação do dinheiro na manhã de segunda-feira, mas estipulou condições para o desbloqueio do dinheiro que desagradaram Bolsonaro.

AdChoices
PUBLICIDADE

Para receber a ajuda das grandes potências, o governo brasileiro teria que trabalhar com organizações não governamentais e populações locais. O dinheiro seria usado sobretudo para o envio de aviões Canadair, que costumam ser usados para fazer combate a incêndios florestais.

A liberação da verba foi decidida durante uma sessão de cúpula sobre o ambiente em que foi debatida a situação da floresta amazônica entre os líderes do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido).

Coube ao presidente francês, Emmanuel Macron, desafeto de Bolsonaro, fazer o anúncio.

Desde a manhã de ontem, circulavam no Palácio do Planalto rumores de que Bolsonaro recusaria a ajuda, sobretudo por causa das condições impostas pelo clube dos países ricos.

O presidente brasileiro considerou inaceitável trabalhar com as ONGs, a quem acusa de atuar em favor dos interesses de outros países na Amazônia.

Na semana passada, Bolsonaro chegou a apontar essas organizações como "principais suspeitas" pelos incêndios na Amazônia.

Depois recuou, apontando para produtores rurais na região.

Antes da decisão de Bolsonaro, o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que o Ministério das Relações Exteriores iria "se debruçar sobre a ajuda internacional quando essa oferta se efetivar".

O governo federal confirmou que, por enquanto, recebeu ajuda militar de forma oficial apenas por parte dos governos do Chile e do Equador. "O Chile ofereceu quatro aeronaves de combate a incêndios e o Equador ofereceu um avião e 30 especialistas", disse o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

Segundo o governo, foram enviados aproximadamente 2700 homens para ajudar no combate aos focos de incêndios, sendo que eles foram divididos em dois grupos: um de 1 mil homens e outro que tem quase 1700. Além disso, há 43 mil militares de forma permanente na região.

"Os ministérios estão trabalhando desde sábado para debelar essa crise. Estamos prontos para ficar com esse efetivo por cerca de um mês", explicou o porta-voz da Presidência.

Tanto Azevedo e Silva quanto Rêgo Barros enfatizaram que os focos de incêndio já estão diminuindo na região e que a situação não está fora de controle, mas não divulgaram dados consolidados.

27/08/2019 - 05:00

Economia deve escapar da recessão técnica no 2º tri, estimam analistas

Por Ana Conceição

A economia do país deve ter escapado da chamada recessão técnica, quando o PIB cai por dois trimestres consecutivos, mas continuou a rodar em níveis muito baixos no período de abril a junho. Mediana das estimativas coletadas pelo Valor Data aponta crescimento de 0,2% no PIB do segundo trimestre sobre o primeiro, feito o ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo período do ano passado, há expectativa de um crescimento de 0,8%.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o resultado das Contas Nacionais Trimestrais na quinta-feira. No período de janeiro a março, houve queda de 0,2% na comparação com o quarto trimestre de 2018. Foi a primeira retração do PIB desde o último trimestre de 2016.

Marcha lenta

Estimativas para o PIB - em %

Instituição	2º tri-19/1º tri-19*	2019	2020
4E Consultoria	0,1	0,7	3,0
AZ Quest	0,2	0,8	2,5
Bahia Asset	0,4	-	-
Banco Inter	-0,1	0,9	2,0
Banco Mizuho	0,2	0,9	-
Banco NUB	0,3	1,0	3,0
BNP Paribas	0,2	0,8	2,5
Fator	-0,2	0,7	2,0
Barclays	0,3	1,0	2,1
Bradesco	0,2	0,8	2,2
Genial Investimentos	0,2	1,0	2,3
ITB Assessorias	0,3	0,9	1,4

Pelo lado da oferta, indústria, com alta de 0,4%, e serviços, com expansão de 0,3%, devem puxar a alta tímida do PIB do segundo trimestre sobre o primeiro. Dentro do PIB industrial, a construção, depois de duas quedas consecutivas, deve registrar alta. Segundo a MCM Consultores, que prevê crescimento de 0,3% nesse quesito, a produção de insumos típicos da construção cresceu e a queda da massa de rendimentos do setor desacelerou no período.

Do ponto de vista da demanda agregada, o investimento, com alta de 2,3% deve ser o destaque. O consumo das famílias teria aumento tímido, de 0,3%, segundo a mediana das estimativas. Sob forte ajuste fiscal, a demanda do governo deve cair 0,3%.

No caso do investimento, que deve interromper uma sequência de duas quedas fortes, o crescimento tende a se concentrar em máquinas e equipamentos, como ocorreu em outros momentos nesse período de fraca recuperação da economia. Segundo Flavio Serrano, economista-chefe do banco Haitong, parte da alta também se deve à produção de ônibus e caminhões, que aumentou 10% no período. A instituição prevê crescimento de 2,1% nessa linha do PIB. A importação - apenas contábil - de plataformas de petróleo desta vez não deve interferir no resultado, como se deu em outras ocasiões.

Seja como for, a alta do investimento pode ser apenas pontual. Para Andressa Monteiro Durão, economista da Icatu Vanguarda, apesar da aprovação da reforma da Previdência na Câmara, as incertezas internas ainda são elevadas e o cenário externo também preocupa, um cenário que não ajuda as empresas a investir. A gestora prevê estabilidade no PIB do segundo trimestre, na comparação com o primeiro. "Ainda não vemos melhora robusta na economia. Os dados de atividade ainda sinalizam fraqueza no lado da oferta e da demanda", diz.

Com uma projeção um pouco melhor, de crescimento de 0,2% no PIB do segundo trimestre sobre o primeiro, o economista-chefe do Rabobank, Maurício Oreg, diz que a economia continua a se recuperar de forma gradual. No segundo semestre, diz, a atividade deve começar a refletir de forma mais enfática a melhora das condições financeiras. A liberação das contas do FGTS deve ajudar o PIB a partir do fim do terceiro trimestre. Mas o cenário externo adverso pode diminuir a velocidade da retomada, afirma Oreg. "O mundo tem crescido menos desde o ano passado e neste ano esse processo se aprofundou", diz.

E há os problemas na Argentina, cujo impacto mais forte já deve ter passado, mas ainda contribui para tirar "alguns décimos do PIB". Há risco de o mau humor externo contaminar mais a economia brasileira. "Mas ainda precisamos entender o quão forte serão esses ventos de fora."

Oreng também considera que o dado forte do investimento no segundo trimestre é pontual. "É um ajuste. Algumas empresas podem estar executando investimentos que estavam retidos há muito tempo, mas não consigo ver isso decolando", afirma. Também nesse quesito a melhora deve ser gradual, diz.

Ainda no lado da demanda, o consumo das famílias deve crescer no mesmo ritmo do primeiro trimestre, 0,3%. A lenta recuperação do emprego, baseada em vagas precárias, não deixa muito espaço para grandes avanços nessa linha do PIB. Premido pelo ajuste fiscal, o consumo do governo deve cair 0,3% na série com ajuste sazonal. O setor externo, por sua vez, deve dar contribuição negativa para o PIB, com queda maior nas exportações que nas importações. Segundo Serrano, do Haitong, o setor externo deve tirar 0,2 ponto do PIB do segundo trimestre, para o qual o banco estima alta de 0,3%.

27/08/2019 - 05:00

Pacote desonera folha para elevar emprego

Por **Andrea Jubé**

O governo finaliza um pacote de combate ao desemprego que prevê medidas de estímulo ao primeiro emprego, por meio da desoneração da folha de pagamento e de acesso facilitado ao microcrédito, entre outras. As ações estão sendo desenvolvidas pelo núcleo do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, mas envolvem outras secretarias e já foram levadas ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao secretário da Receita Federal, Marcos Cintra.



Paulo Guedes: defensor da desoneração para ampliar abertura de vagas

AdChoices
PUBLICIDADE

Uma das medidas prevê a desoneração da folha de pagamento para a contratação, prioritariamente, de jovens que buscam o primeiro emprego ou de pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos.

A proposta de desonerar a folha para induzir a geração de empregos tem sido defendida publicamente pelo ministro Paulo Guedes, embora sem associá-la ao pacote de ações contra o desemprego que ainda está em gestação. Ele defende substituir a contribuição patronal de 20% para o INSS sobre a folha de pagamento por um novo imposto: a Contribuição sobre Pagamentos (CP), que recairia sobre todos os pagamentos, de alcance muito mais amplo que o extinto imposto sobre o cheque.

A premissa do governo é a mesma para o combate ao desemprego e criação da CP: embora sejam medidas distintas, o ministro da Economia está convencido de que a redução ou extinção da carga tributária sobre a folha de pagamento é gatilho para novas vagas no mercado de trabalho. "Se a classe política achar que as distorções causadas pelo imposto são piores que os 30 milhões de desempregados sem carteira que têm aí, eles decidem", disse Guedes na última quarta-feira.

Em outra frente, o governo elabora um programa de acesso ao microcrédito com inspiração no Crediamigo do Banco do Nordeste. O alvo são microempreendedores da indústria, comércio ou serviços, incluindo pessoas na informalidade, como ambulantes, vendedores de cosméticos, feirantes, entre outros.

A ideia do microcrédito não é nova, mas o governo quer desburocratizar o acesso, garantir orientação ao beneficiado na aplicação dos recursos, reduzir juros. Pelo programa do Banco do Nordeste, o empréstimo é liberado de uma vez em até sete dias e pressupõe que o interessado demonstre um faturamento de até R\$ 200 mil ao ano. Existe a figura do "aval solidário", e que um grupo de amigos empreendedores, que morem ou trabalhem próximos e confiem uns nos outros, presta a garantia conjunta para o pagamento das parcelas.

Outra linha de ação que aparece no estudo elaborado por Marinho - documento que circulou de forma restrita entre empresários - teria impacto no déficit previdenciário. Uma delas implica o retorno ao mercado de trabalho de aposentados por invalidez. A reabilitação trabalhista desse segmento levaria à diminuição de gastos previdenciários.

Outras medidas contemplam o reforço de programas de qualificação profissional, mantendo a parceria com o Sistema S. E a alteração na faixa de limite de renda do microempreendedor individual (MEI). Com a elevação dessa faixa de renda, o MEI poderá ter dois empregados. Atualmente, ele tem limite de contratação de um funcionário.

Havia 12,8 milhões de desempregados no Brasil segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mais recente, equivalente a 12% da população. Paulo Guedes tem declarado que esse número sobe para 30 milhões, considerando-se os subutilizados (qualificados que estão em subempregos) e desalentados (que desistiram de procurar emprego).

Reportagem do **Valor** mostrou na última semana que 24,1 milhões de brasileiros estão trabalhando "por conta própria", em atividades que exigem pouca qualificação e geram menor rendimento. Levantamento da consultoria IDados mostrou que 10,1 milhões vivem com menos de um salário mínimo por mês, e 3,6 milhões vivem com R\$ 300 por mês.

Procurado, Rogério Marinho afirmou, por meio de sua assessoria, que a secretaria tem feito estudos de ações para o combate ao desemprego e os tem levado ao ministro. Mas não quis se pronunciar sobre as medidas. O Ministério da Economia ressalta que ainda são estudos e não há definição sobre as medidas.